

Dívida Externa

Os devedores fazem acerto com o Brasil

GAZETA MERCANTIL

22 MAR 1993

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

O governo brasileiro já conseguiu regularizar 74% dos créditos que tem a receber de países em desenvolvimento, relacionados em sua grande maioria com financiamento de comércio exterior.

"Há dois anos, apenas 11% desses créditos, calculados em US\$ 8 bilhões, podiam ser considerados em situação regular", disse na sexta-feira a este jornal o secretário executivo da Secretaria Especial de Planejamento da Presidência da República (Seplan), Antônio Rocha Magalhães.

A normalização daqueles créditos tornou-se possível depois da criação do Conselho de Recuperação de Crédito Externo (Comace), que funciona justamente há dois anos e já conseguiu resolver várias pendências, viabilizando soluções que levaram países como República Dominicana,

Honduras e Costa Rica a liquidar seus débitos para com o Brasil. Paralelamente às iniciativas para receber os créditos em atraso, o Comace está providenciando a adoção de medidas que impeçam, no futuro, a repetição daqueles casos.

Rocha Magalhães explicou que o Comace definiu na semana passada uma metodologia com pontuação para a classificação dos países em razão do risco para a tomada do empréstimo. Assim, o Brasil passa a ter um mecanismo de proteção contra devedores de alto risco que não pagam seus compromissos.

Isso será particularmente importante nas operações de financiamento comercial. A mesma iniciativa está sendo articulada em nível do Comitê de Crédito à Exportação (CCE), que avalia os projetos dentro do Programa de Apoio à Exportação (Proex).

O risco não é medido apenas pelo aspecto da capacidade financeira de pagamento. Considera-se também o risco político na medida em que os países em desenvolvimento são mais sujeitos a golpes de estado, ações de guerrilheiros ou até guerra civil. Esse é o caso, por exemplo, de Angola, que assinou com o Brasil em 31 de dezembro de 1991 um memorando de entendimento pelo qual a dívida de US\$ 900,9 milhões com o Brasil seria paga com petróleo. Parte do acerto foi cumprido, mas a guerra civil naquele país acabou atrapalhando o cumprimento integral do acordo e novo memorando deve ser assinado em breve.

A Bolívia acertou um acordo com o Brasil em fevereiro de 1990 envolvendo dívida de US\$ 60 milhões com opção de pagamento através de operação "swap" (troca de dívidas). Por esse sistema, o devedor adquire títulos da dívida externa no mercado internacional com o deságio de mercado e os entrega ao governo brasileiro, seja pelo valor de face ou com algum desconto negociado. No caso da Bolívia, negociou-se a apropriação do deságio crescente para o Brasil, até o limite de 40%. Esse país devedor já pagou US\$ 37,6 milhões mas pleiteia agora a eliminação da-

quele percentual de apropriação do deságio para o Brasil nas operações futuras.

Outros casos são os seguintes:

• **Polônia** — É de longe o maior devedor, com compromissos de US\$ 3,661 bilhões, que foram negociados no âmbito do Clube de Paris em julho de 1992. Os pagamentos estão, segundo Rocha Magalhães, em dia: até agora foram pagos US\$ 103 milhões e nova parcela de US\$ 14,2 milhões está prevista para 31 de março.

• **Moçambique** — É o terceiro maior devedor, com dívida de US\$ 475 milhões com o Brasil. O acordo foi firmado em junho de 1992 e está sendo cumprido. Em setembro do ano passado, o país pagou US\$ 10,9 milhões e outra parcela de US\$ 12 milhões deve ser paga no dia 31 deste mês.

• **Congo** — Deve US\$ 130,9 milhões, dos quais US\$ 37,5 milhões ao Banco do Brasil. Um entendimento foi firmado em setembro de 1990 mas acabou sendo anulado porque foi acionada uma das cláusulas. Espera-se que o Congo entre no Clube de Paris com novo pedido de alívio da dívida.

(Continua na página 15)

NEGOCIAÇÃO

22 MAR 1993

GAZETA MERCANTIL

Os devedores fazem acerto...

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília
(Continuação da 1ª página)

• **Egito** — Deve US\$ 108,3 milhões e obteve em acordo firmado em maio de 1991 redução de 50% de sua dívida externa. Aguarda-se que a operação de mercado para liquidação quase que total da dívida seja realizada em breve.

• **Nicarágua** — Deve US\$ 81,1 milhões e negociou no âmbito do Clube de Paris em 1988, propondo pagar em 30 anos, com perdão dos juros. Esse entendimento não foi levado adiante. Está em processo de renegociação.

• **Suriname** — A dívida

de US\$ 70,6 milhões está perto de ser objeto de entendimento para pagamento com opção de "swap".

• **Jordânia** — Com débito de US\$ 42,7 milhões, uma missão desse país esteve no Brasil entre 8 e 12 de março deste ano e assinou um memorando de entendimento com opção de "swap" até setembro para a totalidade da dívida.

• **Nigéria** — Este país tem dívidas de US\$ 36 milhões com o Brasil, mas seu governo não reconhece essa dívida. As iniciativas de negociação, portanto, não surtiram efeito até agora.

• **Guiana** — Tem dívida de US\$ 30 milhões, dos

quais já pagou US\$ 16 milhões. O serviço da dívida está em dia.

• **Mauritânia** — Deve US\$ 25,9 milhões mas ainda está em negociações com o Brasil para a assinatura de três das quatro atas de entendimento assinadas em janeiro deste ano.

• **Zâmbia** — A dívida deste país é de US\$ 45,8 milhões e já está toda negociada, envolvendo opção de "swap". Sua implementação depende apenas de autorização do Senado Federal.

• **Guiné-Bissau** — Deve US\$ 12,1 milhões mas não há ainda definição quanto ao refinanciamento.